

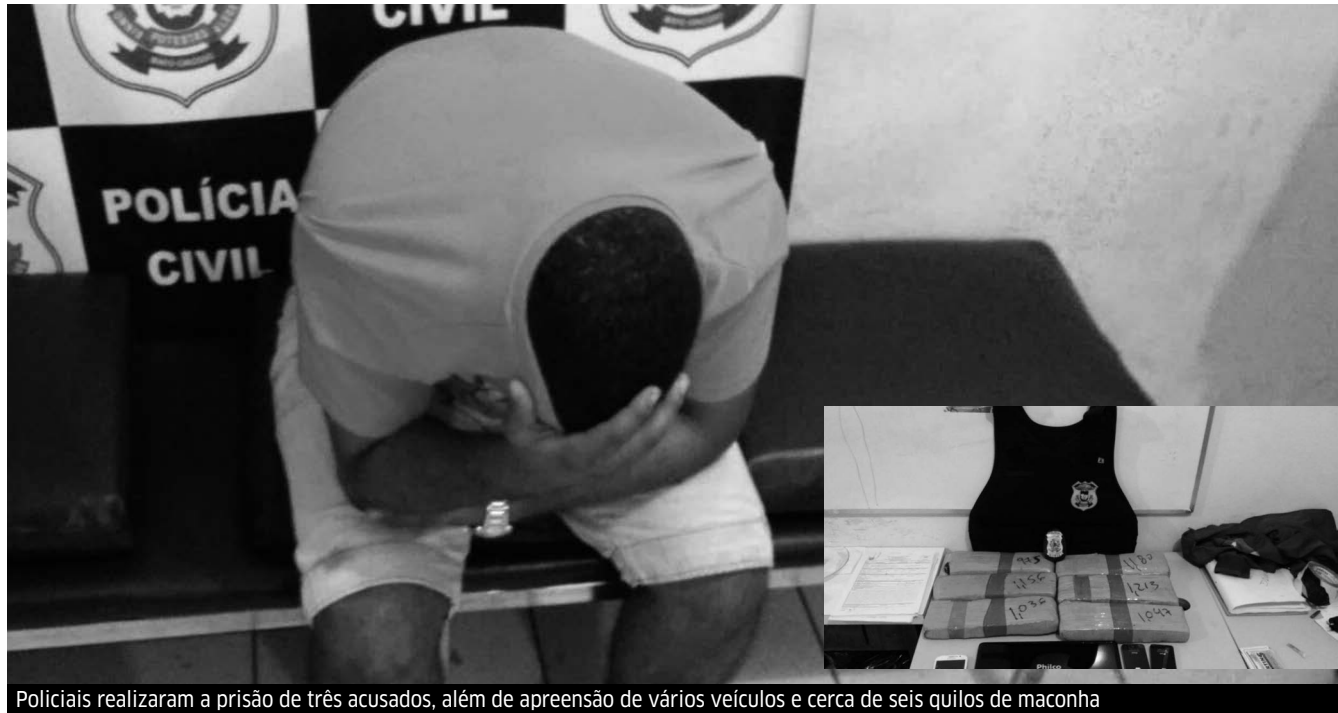
POLÍCIA CIVIL

Integrantes de quadrilha são presos durante operação em Tangará

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

Uma operação deflagrada pela Polícia Judiciária Civil de Tangará da Serra resultou na prisão de três homens acusados de fazerem parte de uma quadrilha que pratica roubos no município. As prisões aconteceram na tarde de ontem, 07, nas proximidades da Serrinha. De acordo com informações do investigador Edvaldo Tocantins, a equipe de policiais chegou no local onde permaneceu de campanha por mais de 24 horas, quando conseguiu efetuar a prisão de dois elementos. “Esses dois acusados foram até um veículo que havia sido roubado, e nesse mo-

mento logramos êxito em realizar a prisão. Posteriormente, saímos em diligência até o Jardim dos Ipês onde na residência de outro acusado encontramos drogas”, explicou o investigador, ao destacar que no decorrer do inquérito policial será identificada a conduta criminosa que cada acusado cometeu. “A partir de agora vamos colher depoimentos e encaixar qual modalidade de crime que foi cometido, podendo ser roubo, receptação ou tráfico de drogas, porque cada um cria uma versão do fato e joga nas costas do outro”, enfatizou. No final da operação foram localizados um veículo Corolla - que



Policiais realizaram a prisão de três acusados, além de apreensão de vários veículos e cerca de seis quilos de maconha

foi roubado na última terça-feira, uma motocicleta XRE 300 e um veículo Honda Civic, além de aproximadamente

seis quilos de substância análoga à maconha, um notebook e três aparelhos celulares que foram apreendidos. Os

acusados foram encaminhados até a delegacia de polícia, e agora deverão se acertar com a justiça. Os policiais

continuam com o serviço de investigação para identificar outros membros da suposta quadrilha de assaltantes.

SEGURANÇA

Força Nacional continua com policiamento na Funai de Juína



Segurança é realizada pela Força Nacional

>> **Juína News**

Mesmo com o bárbaro duplo homicídio que vitimou Genes Moreira dos Santos Junior, 24, e Marciano Cardoso Mendes, 25, por índios da etnia Enawenê Nawe, no dia 9 de dezembro passado, a cobrança de pedágio ilegal dos motoristas continua na BR-174, no trecho que liga Juína à Vilhena – RO, porém, ao invés de dois, apenas um pedágio é mantido pelos indígenas. A Polícia Federal investiga as mortes, mas decretou segredo de justiça, até agora

nenhuma resposta foi dada aos familiares dos jovens. Outro fato que chama a atenção é que devido o prédio da FUNAI ter sido alvo de represália no dia em que os corpos foram entregues pelos indígenas a PF, o órgão que até agora não se pronunciou a cerca do ocorrido tanto com familiares e imprensa, pediu apoio de policiais da Força Nacional de Segurança, que foi imediatamente atendido. Já se passaram 27 dias da morte dos jovens e o policiamento de forma alternada

continua no prédio da FUNAI. Na manhã desta quarta-feira, 06, porém, Adegildo José do Nascimento, que responde no momento pelo órgão, disse não ter autorização para falar sobre os assuntos e que somente a Funai de Brasília poderá dar uma resposta. A base da Força Nacional também foi procurada e um policial informou que apenas receberam ordens de Brasília para manter a segurança no local e que não tem autorização para falar sobre o policiamento.

GARIMPO ILEGAL

Justiça bloqueia bens de policiais por cobrança de propina



Ouro retirado em garimpo ilegal foi vendido a servidores públicos

>> **Mídia News**

Dois investigadores da Polícia Civil tiveram R\$ 60 mil bloqueados pelo Tribunal de Justiça. Eles são acusados de cobrar e receber propina de dois servidores públicos que compraram ouro no garimpo ilegal na Serra da Borda, em Pontes e Lacerda. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Pontes e Lacerda, obteve liminar no Tribunal de Justiça (TJ-MT), que decretou a indisponibilidade de bens dos investigadores.

Além de responderem pelos atos de improbidade administrativa, os policiais também foram denunciados pelo MPE pelos crimes de concussão e peculato. De acordo com o MPE, os fatos aconteceram em outubro de 2015. Na ocasião, dois servidores públicos que residem em Cuiabá se dirigiram a Pontes e Lacerda para comprar ouro no garimpo. Após adquirirem 250 gramas de minério, no valor de R\$ 25 mil, a dupla voltou para o hotel, onde foi abordada pelos dois investigadores. Sob a alegação de que teriam cometido “crime federal” e que por serem servido-

res públicos a repercussão do caso seria grande, os policiais exigiram vantagem indevida para não efetivar a prisão. Segundo o MPE, os fatos chegaram ao conhecimento da Corregedoria da Polícia Civil e, durante diligências realizadas nas residências dos investigadores, foram encontradas as duas balanças mais a quantia de R\$ 8.952,5. Conforme o Ministério Público, os dois policiais praticaram atos que caracterizam enriquecimento ilícito, pois obtiveram vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo.